

Comunicação e natureza humana: argumentos a favor de uma atualização epistemológica

*Communication and human nature:
arguments for an epistemological update*

Diego Franco Gonçalves | diego.goncales@gmail.com

Mestrando e Bacharel em Comunicação Social. Especialista em Docência no Ensino Superior. Professor, desde 2008, de Linguagem Sonora e Antropologia Audiovisual. Educomunicador, desde 2004, em projetos de rádio-escola. Produtor cultural desde 2006, realiza projetos na área de radiodifusão, música e mídias digitais.

Resumo: Avanços nas Ciências Sociais e nas Ciências Cognitivas promoveram uma nova compreensão da natureza humana que integra as instâncias separadas da biologia e da cultura. Examinando as correntes teóricas mais influentes da comunicação, este artigo argumenta que a Comunicação Social não dialoga com esses avanços, permanecendo encapsulada numa concepção de natureza humana perigosamente desatualizada.

Palavras-chave: Teoria da comunicação; Epistemologia da comunicação; Natureza humana

Abstract: *Advances in Social and Cognitive Sciences have promoted a new understanding of human nature which integrates the separate instances of biology and culture. Examining the most influential theoretical schools of communication, this article argues that Social Communication does not dialogue with these advances, remaining encapsulated in a conception of human nature dangerously outdated.*

Keywords: *Communication theory; Epistemology of communication; Human nature; Nature X Nurture.*

Introdução

Como nos demais campos de investigação na área das Ciências Sociais e das Humanidades, a produção de conhecimento na Comunicação se fundamenta a partir de pressupostos sobre a natureza humana – qual seria a condição natural do ser humano e como ela se relacionaria com o mundo do qual ele faz parte. Nem sempre explícitos, esses pressupostos influenciam tanto os fundamentos teóricos quanto os procedimentos metodológicos das pesquisas realizadas na área; formam, de fato, a epistemologia subjacente ao trabalho de pesquisa em Comunicação. Uma pesquisa sobre capas de revistas executada com técnicas de análise de discurso; um estudo sobre comportamento de audiência televisiva sustentado por grupos focais; uma reflexão teórica sobre a deontologia do jornalismo on-line: subjaz a essas abordagens teóricas e metodológicas considerações a respeito do ser humano e seus mecanismos de percepção e cognição da realidade e da sua relação com o mundo natural, social e simbólico. Esses pressupostos surgem, portanto, como esquemas pré-reflexivos aos quais o pesquisador de comunicação recorre nas suas investigações, o que delinea um esforço epistemológico importante, objetivo desse artigo: a explicitação de tais pressupostos de maneira a promover uma reflexão crítica sobre a forma de enxergar e interpretar a realidade que caracteriza a Comunicação como campo científico.

O primeiro passo da reflexão aqui proposta é o reconhecimento de que, não sendo a natureza humana em si objeto de pesquisa da Comunicação, a fonte dos pressupostos não é o conhecimento produzido na própria área. Eles provêm de outros campos de investigação científica, notadamente a Antropologia e a Psicologia. Além disso, a Comunicação, em conjunto com esses dois (e outros tantos) campos da ciência, recorre com frequência à larga tradição da Filosofia em especular sobre a natureza humana. Tal fato não impede, obviamente, que o conhecimento construído pela Comunicação ilumine a questão da natureza humana, mas aponta para a necessidade de se voltar os esforços de análise para a influência das pesquisas produzidas no âmbito dessas outras ciências, dado que vem daí as bases a partir das quais se erguem as considerações da Comunicação sobre natureza humana. O que se segue é justamente esse esforço, recuperando as principais proposições da Antropologia e da Psicologia para o problema da natureza humana: das suas origens na filosofia iluminista, que postula um ser humano sem natureza, exclusivamente cultural, à concepção moderna que lança pontes entre a biologia e a cultura.

Ascensão e queda do homem sem natureza

Ainda que o tema “natureza humana” seja perene na história do pensamento, é possível encontrar as marcas dessa discussão já na filosofia pré-socrática e sua fixação em distinguir entre o que existe e o que consiste nas coisas do mundo, dentre elas o homem. As próprias religiões são todas elas especulações sobre a natureza dos seres humanos. No entanto, as bases da configuração contemporânea sobre este tema podem ser, de maneira geral, localizadas no Iluminismo.

Movimento intelectual de amplas e duradouras consequências sociopolíticas, o Iluminismo surgiu no ocaso da cosmogonia que sustentava a monarquia teocrática europeia. A realeza hereditária e a autoridade da Igreja eram justificadas pela noção de que a estratificação social plebe-nobreza-clero é inata aos seres humanos, cujos intelectos diferiam entre si quanto à capacidade para desempenhar esses papéis por providência divina. Pensadores iluministas, mirando essas verdades supostamente manifestas e o sistema social das quais eram base, propuseram um panorama radicalmente diferente: o ser humano nasce livre dessas ou quaisquer outras “verdades”, todas as diferenças sociais sendo, portanto, explicadas não mais por desígnio de Deus, mas por ação mundana – pelo sistema social em si.

A manifestação mais acabada dessa proposição iluminista é o empirismo de John Locke, que usa a metáfora da “tábula rasa” para caracterizar o ser humano: “a ideia de que a mente humana não possui estrutura inerente e de que a sociedade, ou nós mesmos, podemos escrever nela à vontade” (PINKER, 2004, p. 21). É de Locke também a famosa proposição de que não há nada no intelecto que não tenha passado antes pelos sentidos – e se, aparentemente, essa é uma proposição relacionada apenas a uma teoria psicológica (Locke é considerado um dos pais da Psicologia científica) ou gnosiológica, uma cadeia lógica de indução a partir dela mina as autoridades religiosa e nobiliárquica, tornando moralmente injustificáveis a escravidão e a subjugação de povos ditos inferiores.

Se o peso de práticas sociais injustas sai das costas de Deus – a quem, obviamente, poucos poderiam questionar –, ele agora recai sobre a própria coletividade. Fortaleceu-se, aqui, a possibilidade lógica de uma sociedade igualitária, bastando apenas que os homens, tábulas rasas, fossem educados de acordo. Mas essa possibilidade lógica teria sido efetivada em algum local ou época? A doutrina do bom selvagem, atribuída ao filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, responde que sim. Haveria sociedades idílicas que não corromperiam o homem com a ganância e a violência típicas da civilização europeia. O ser humano em seu estado natural, segundo essa doutrina, é um ser solidário e pacífico, e qualquer desvio nessa conduta é fruto da socialização a qual é submetido.

Locke, com a tábula rasa (empirismo), e Rousseau, com o bom selvagem (romantismo), lançaram as bases para o entendimento do ser humano como um ser exclusivamente cultural, sem natureza, apenas história. Com a posterior ramificação das Ciências Sociais, esses postulados filosóficos tornaram-se o referencial epistemológico para desdobramentos tanto teóricos quanto metodológicos – é possível rastrear o trajeto da tábula rasa e do bom selvagem em todas essas ramificações. Na Psicologia, o empirismo de Locke influenciou o associacionismo do seu discípulo John Stuart Mill, doutrina “que tentava explicar a inteligência humana sem admitir nela uma organização inata [...]; ideias que aparecem repetidamente em sucessão [...] tornam-se associadas, e com isso qualquer uma delas pode trazer à mente as demais” (PINKER, 2004, p. 39). Mais à frente, entre o final do século XIX e meados do século XX, o associacionismo foi a base da mais influente teoria psicológica até então, o behaviorismo de Watson e Skinner. Em

nome da cientificidade, a explicação do comportamento e inteligência humana é explicada unicamente pelo binômio estímulo-resposta, e conceitos como capacidade, sentimento e desejo foram banidos da Psicologia. Skinner, o principal nome do behaviorismo, estendeu suas descobertas sobre o condicionamento do comportamento de aves e outros animais aos seres humanos; assim, “o bom selvagem tornou-se o bom pombo” (PINKER, 2004, p. 42).

Na Antropologia e na Sociologia, é possível rastrear a tábula rasa e o bom selvagem de maneira semelhante. Ambas as disciplinas “viam a maleabilidade dos seres humanos e a autonomia da cultura como doutrinas que poderiam concretizar o imemorial sonho da humanidade perfeita” (PINKER, 2004, p. 50), uma reação à pseudociência racial e ao cientificismo voraz do positivismo do final do século XIX que ameaçava trazer de volta ao panorama do pensamento ocidental justificativas racionais para o racismo e a exploração.

Neste período, Franz Boas estudou a organização social de indígenas norte-americanos e estabeleceu, corretamente, que não há diferenças entre as capacidades mentais deles e dos povos ditos civilizados. A partir disso, seus alunos, “que acabaram por dominar a ciência social americana, [...] asseveraram que não só as diferenças entre grupos étnicos deviam ser explicadas com base na cultura, mas que todos os aspectos da existência humana deviam ser explicados com base na cultura” (PINKER, 2004, p. 45) – a definitiva separação da biologia e da cultura.

No campo da Sociologia, essa concepção de um ser humano exclusivamente cultural também encontrou guarida entre seus fundadores: “Durkheim formulou uma lei para as ciências sociais que seria citada com frequência no século seguinte: ‘A causa determinante de um fato social deve ser buscada entre os fatos que o precederam, e não entre os estados de consciência individual’”. (PINKER, 2004, p. 46). Nessa formulação de Durkheim surge a principal consequência da alçada da cultura à primazia dos processos sociais: sendo a cultura uma entidade coletiva, superorgânica, com poderes de determinação dos comportamentos individuais, o foco das pesquisas é ajustado para a coletividade, aos indivíduos sendo relegados ao papel de “massa” informe a ser manipulada pelo universo simbólico da cultura. A pesquisa é, daqui em diante, sobre coletividades e símbolos.

Nessas bases, a Antropologia de quase todo o século XX foi dominada por estudos etnográficos que descreviam povos pacíficos, em cujos vocabulários inexistiam palavras para o conceito de violência, em que tudo era compartilhado, enquanto a Sociologia por pesquisas-denúncia sobre o poder corruptor da organização social do Ocidente. Arraigado nas Ciências Sociais, base de toda uma cadeia lógica de pensamento que fundamentava uma visão moral do mundo, o ser humano sem natureza ainda passaria algum tempo sem receber questionamentos. Mas quando eles vieram, foram devastadores.

O moderno questionamento da visão do ser humano como tábula rasa e bom selvagem provém, em parte, das mesmas disciplinas que a ascenderam ao posto de dogma – Psicologia e Antropologia –, e em parte das Ciências Cognitivas que floresceram a partir da segunda metade do século XX. Mas

a filosofia contemporânea já havia encontrado inconsistências na doutrina do homem exclusivamente cultural, presa do universo simbólico coletivo. Opõe-se a Locke, por exemplo, Hobbes, que via a organização social vertical – o Leviatã – como o freio imprescindível às tendências prejudiciais inatas da humanidade, e Leibniz, “que repetiu o lema do empirismo: ‘Não existe nada no intelecto que não estivesse primeiro nos sentidos’, e acrescentou: ‘exceto o próprio intelecto’” (PINKER, 2004, p. 59). Por raciocínio lógico, os críticos de primeira hora da tábula rasa denunciavam a ausência de sentido em um sistema de aprendizado no qual não houvesse nenhuma base pré-existente a partir da qual o próprio aprendizado pudesse acontecer. Um ser humano com estruturas inatas de pensamento, sentimento e raciocínio estava sendo preterido pela tábula rasa por razões morais – e, por mais louváveis que fossem e ainda sejam tais razões, elas não mascararam as falhas do empirismo lockiano e, mais tarde, do romantismo rousseauiano.

Nesse mesmo sentido, as consequências filosóficas da teoria da evolução por seleção natural proposta por Charles Darwin e Alfred Wallace foram também adicionadas ao arsenal contra a autonomia cultural. Como todos os demais seres vivos, o ser humano é fruto de um longo desenvolvimento natural pautado pela sobrevivência, que dotou a todos com um repertório básico de comportamentos. No caso humano, a cultura é só mais um item desse repertório, e não uma superestrutura orgânica independente da biologia.

A partir de meados no século XX, a Antropologia e a Psicologia reviram seus próprios pressupostos teóricos. Estudos clássicos sobre sociedades edênicas foram reavaliados e, a partir dessa revisão, os mesmos dados permitiram conclusões opostas: “Alguns antropólogos reexaminaram registros etnográficos que alardeavam diferenças entre culturas e descobriram um conjunto espantosamente detalhado de aptidões e gostos que todas as culturas têm em comum” (PINKER, 2004, p. 86). Ao mesmo tempo, novos estudos foram feitos a partir da suspeita de que o retrato que os antropólogos pintavam desses povos carregava nas tintas positivas. Eles reuniram estatísticas sobre guerra, assassinatos e outros comportamentos destrutivos buscando produzir estudos comparativos com as estatísticas das sociedades ocidentais. “O que descobriram? Em poucas palavras: Hobbes estava certo, Rousseau estava errado” (PINKER, 2004, p. 87). O bom selvagem provou-se um mito, na medida em que povos tribais até então caracterizados como pacíficos e cordiais pela antropologia do ser humano sem natureza têm taxas de assassinatos tão altas quanto as das periferias das grandes metrópoles e comportamentos como genocídio, cobiça e ganância também têm lugar nessas sociedades.

Retomando e explorando empiricamente as lacunas lógicas do empirismo lockiano, apoiadas pelas revisões da Antropologia e possibilitadas pelo desenvolvimento tecnológico das últimas cinco décadas, as Ciências Cognitivas e a Neurociência contemporâneas estabeleceram, acima de qualquer dúvida razoável, que “a cultura não poderia existir sem faculdades mentais que permitam aos seres humanos criar e aprender a cultura” (PINKER, 2004, p. 11). Ainda há muitas dúvidas sobre o cérebro humano – depois do universo, a estrutura

mais complexa com a qual a ciência lida –, mas não resta nenhuma dúvida de que ele não é a massa informe a ser manipulada livremente pela cultura ou pelo ambiente social. Pelo contrário, a vertiginosa diversidade cultural que os seres humanos exibem é fruto das estruturas cerebrais fixas compartilhadas por toda a humanidade: “os humanos comportam-se de maneira flexível porque são programados” (PINKER, 2004, p. 67). O que as ciências da mente, do cérebro, dos genes e da evolução buscam agora é compreender essas estruturas e as maneiras com as quais elas influenciam o comportamento humano. Mas, conclusivamente, a tábula rasa revelou-se plena de pré-inscrições, o bom selvagem mostrou todas as suas facetas, o indivíduo ressurgiu fortalecido e autônomo, e a soberania do universo simbólico-coletivo da cultura hoje se encontra tão sem sentido quanto ontem o foi a da nobreza e do clero.

A natureza humana nas principais correntes teóricas da comunicação

O humano que surge a partir dessa nova compreensão é um ser inteiramente natural – todas as suas características, inclusive as socioculturais, estão firmemente ancoradas na biologia da espécie, e esta, no processo de lentas modificações providas pelo processo algorítmico da evolução. Crenças e desejos, interesses e propensões, tendências e comportamentos individuais e coletivos; em suma, a vida mental dos seres humanos também passou a ser compreendida do ponto de vista sistêmico das relações ecológicas e não mais apenas do ponto de vista simbólico da antiga primazia do cultural.

Como a Comunicação reflete essa mudança de enfoque? Uma revisão das principais correntes teóricas da área revela que algumas refletem parcialmente, enquanto outras sequer refletem. Ao contrário da Psicologia e da Antropologia (e, em menor medida, da Sociologia), a Comunicação demonstra-se alheia às proposições do enfoque sistêmico e individual, atuando, de maneira geral, na análise simbólica e na pesquisa-denúncia da economia política dos meios de comunicação. Para a Comunicação, com algumas poucas relativizações, a tábula rasa e o bom selvagem seguem como vigorosas verdades: como um pressuposto epistemológico pré-reflexivo ao qual, perigosamente, o pensamento não se dedica.

Para o objetivo desse artigo – dedicar pensamento crítico a esses pressupostos – as diversas correntes teóricas da pesquisa em Comunicação foram agrupadas em dois núcleos, segundo o recorte que fazem do objeto de estudo do campo:

- a) Paradigma crítico-funcionalista: dedicado à compreensão do entorno da Comunicação Social, reúne a Escola Funcionalista e a Escola de Frankfurt
- b) Paradigma estético-informacional: dedicado a examinar a economia interna do processo comunicacional, é dividido em dois subnúcleos:
 - b1) Teoria da Informação e Semiótica/Semiologia
 - b2) Estética da Recepção

a) Paradigma crítico-funcionalista

Uma preocupação subjacente às correntes teóricas às quais o pesquisador em Comunicação pode recorrer – “afiliar-se”, por vezes, é um verbo mais adequado – é com os efeitos que a imprensa, rádio, cinema, TV ou internet produz na sociedade, se benéficos ou perniciosos. Duas das correntes de maior influência na pesquisa contemporânea da área, o funcionalismo norte-americano e o criticismo frankfurtiano, se enquadram nessa definição. Abordando uma mensagem em si mesma ou os amplos movimentos de uma cadeia de televisão, tanto a pesquisa funcionalista quanto a crítica são um escrutínio das intenções de uma mensagem ou uma previsão das consequências dessas intenções na coletividade dos receptores.

A função social dos meios de comunicação de massa, ou suas disfunções, como proposto pelo funcionalismo, está relacionada diretamente à questão dos efeitos. Laswell, em suas muitas analogias da comunicação de massa como parte de um organismo (esse organismo seria a sociedade), busca compreender a função dessa parte na manutenção de “um estado estável de equilíbrio interno” (LASWELL, 1971, p. 110). Isso está de acordo com a caracterização geral que Laswell faz da comunicação social como um processo primariamente coletivo que atinge um público anônimo, heterogêneo e disperso. Merton e Lazarsfeld, outros expoentes da escola funcionalista, definem da seguinte maneira o campo por onde se movem os pesquisadores de comunicação:

Em primeiro lugar, muitos temem a ubiqüidade e o poder em potencial destes meios. [...] Em segundo lugar, a preocupação com os atuais efeitos dos mass media sobre seu enorme público [...] Finalmente, existe o perigo de que esses instrumentos de comunicação de massa, tecnicamente avançadas, levem a séria deterioração dos gostos estéticos e dos padrões culturais populares (MERTON e LAZARFELD, 1990, p.107).

Nênese do paradigma funcionalista, a Escola de Frankfurt é igualmente dedicada a pensar os efeitos da comunicação de massa em termos coletivos e simbólicos. Uma diferença a ser apontada entre essas escolas é que, de inspiração marxista, os críticos frankfurtianos abandonam o vocabulário científico do funcionalismo (“agulha hipodérmica”, “usos e gratificações”, “influências seletivas”) e partem para a denúncia da “monstruosidade ideológica” (ADORNO, 1971, p. 290) e a identificação de que, com o surgimento dos meios de comunicação de massa, a classe operária, destinada a realizar o ideal humanístico, “teria perdido a consciência de sua missão histórica” (FREITAG, 1986, p. 13). Não haveria como ser diferente, dado que o materialismo histórico, seja em sua caracterização acadêmica, seja em suas aplicações práticas como o socialismo e o comunismo, suprime a esfera individual dos seres humanos em nome da compreensão do coletivo como determinante das relações sociais.

Por certo tanto o funcionalismo quanto o criticismo frankfurtiano são anteriores ao ressurgimento da natureza humana descrita acima; os trabalhos fundamentais de ambas as escolas foram produzidas na primeira metade do século XX, época em que a Psicologia estava dominada pelo behaviorismo, a Antropologia retornava do trabalho de campo com histórias de povos sem

maldade, a nova síntese do pensamento darwinista ainda engatinhava e os desenvolvimentos tecnológicos que possibilitaram rebaixar o cérebro, de mistério para problema científico, ainda aguardaria mais um quarto de século para acontecer. É injusto, portanto, estabelecer-se na posição privilegiada dos dias atuais para exigir que estudos com mais de 60 anos tenham coerência com as novas descobertas científicas. Mas, dada a influência que ambas as escolas de pensamento têm até hoje nos estudos de comunicação, é preciso sim confrontá-las com o que se conhece atualmente sobre a natureza humana, sob a pena de perpetuar, sem questionamentos, essa visão desatualizada que condiciona de saída o trabalho de pesquisa na área.

Sem entrar no mérito das discussões sobre economia política dos meios de comunicação – algo de extremo valor e que é acertadamente enfatizado por muitas das pesquisas-denúncia filiadas às correntes críticas, mas que parecem ser mais da competência da Sociologia do que da Comunicação – é com a supremacia do universo simbólico-coletivo característica do paradigma crítico-funcionalista que a moderna compreensão da natureza humana deve ser confrontada. Pelo contraste é que se torna visível que:

[...] quando editoriais e críticos discutem o valor social da mídia, quando eles remetem à questão de se a mídia atual é ou não boa para nós, a pressuposição subjacente é que o entretenimento nos melhora quando carrega uma mensagem saudável (JOHNSON, 2006, p. 13').

Pressuposição alinhada com os estudos das escolas funcionalistas e frankfurtianas que, por sua vez, estão alinhadas à concepção da tábula rasa, do ser humano sem natureza, a ser manipulado pelo universo simbólico da cultura.

b) Paradigma estético-informacional

Se o paradigma crítico-funcionalista dedica-se ao entorno dos processos comunicacionais, às relações entre mensagens e sociedade, o paradigma estético-informacional analisa a economia interna das mensagens: como os signos relacionam-se entre si e com os receptores, além de especular sobre as peculiaridades que regem tais relações. Esse recorte, útil para o objetivo deste artigo, encontra um denominador comum à Teoria da Informação, à Semiótica/Semiologia e às recentes proposições da Estética da Recepção, correntes teóricas da Comunicação que em outros aspectos se afastam.

b1) Teoria da Informação e Semiótica/Semiologia

Se por um lado a Comunicação Social enquanto campo científico nasce com as perplexidades que a disseminação da comunicação de massa incitou em eruditos das Ciências Sociais e das Humanidades, essa disseminação também incitou problemas a serem resolvidos nas Ciências Exatas. Produzir, enviar e receber mensagens em texto, áudio e vídeo numa escala sem precedentes é um desafio para a Engenharia, por exemplo, e desde o primeiro momento da comunicação de massa, pesquisadores dessa área aplicam seus conhecimentos

aos problemas dos processos comunicacionais. Inevitavelmente, a abordagem resultante seria diferente da dos teóricos críticos-funcionalistas.

Essa abordagem da comunicação de massa, desvinculada dos aspectos político-ideológicos tão caros aos críticos-funcionalistas, surpreendentemente encontrou guarida entre pesquisadores da própria Comunicação. Não que tenha havido uma transposição automática entre os domínios das Exatas e das Humanas (um projeto epistemologicamente impraticável): no deslocamento dos interesses, um movimento centrípeto partindo do exterior para o interior do processo comunicacional, é que foi adotado. Termos como entropia, *feedback* e redundância passaram a integrar o léxico da Comunicação, e ideias de “monstruosidade ideológica” e analogias com organismos biológicos típicas do paradigma crítico-funcionalista deram espaço para formulações como a seguinte: “por sua própria natureza, a comunicação é uma espécie de processo variável e estatístico condicionado pela interdependência dos sinais, ou seja, pelas normas e regras que os relacionam e que decidem sobre o grau de informação” (PIGNATARI, 1983, p. 49).

A teoria erigida a partir desse deslocamento de olhar e da criação de novas ferramentas conceituais, hoje conhecida como Teoria da Informação, reformou inclusive o próprio objeto de estudo da Comunicação: “o estudo dos signos, das regras que os regem e de suas relações com os usuários ou intérpretes forma o cerne do problema da comunicação.” (PIGNATARI, 1983, p. 20).

Paralela e analogamente ao desenvolvimento da Teoria da Informação, outra corrente teórica da Comunicação emprestava ferramentas conceituais de outros domínios para avançar na compreensão dos fenômenos aos quais se dedicava: a Semiótica/Semiologia² da Comunicação. Fortemente ancorada na Linguística e no Estruturalismo, também explora a economia interna dos processos comunicacionais, buscando descrever, analisar e compreender de que maneira os signos relacionam-se entre si e com os receptores. Mas diferentemente da Teoria da Informação, essa corrente teórica admite a análise “conteúdista”, na medida em que se funda sobre a tríade sintaxe (relação dos signos entre si), semântica (relação do signo com seus significados) e pragmática (relação dos signos com seus significantes). Ainda assim, a Semiótica/Semiologia mantém a ênfase “sobre os aspectos sintáticos, formais e estruturais, da organização e transmissão das mensagens” (PIGNATARI, 1983, p. 12), e não se aproxima de análises da qualidade – se socialmente saudável ou não – das mensagens.

Nessas abordagens, perde força o escrutínio das intenções do emissor, mas a questão dos efeitos e, principalmente, o ponto de vista a partir do qual eles são analisados (simbólico/coletivo) não são completamente abandonados. Isso fica evidente nas proposições de Marshall McLuhan, teórico *sui generis* que, se precisar ser enquadrado por ordem prática em alguma das correntes teóricas da Comunicação, o será num intermediário da Teoria da Informação e da Semiótica/Semiologia: sua visão sobre a comunicação de massas alinha-se mais à abordagem da Teoria da Informação que à das escolas funcionalistas e frankfurtianas, suas predecessoras.

McLuhan não vê sentido na tradição de separar as instâncias comunicacionais (emissor-mensagem-receptor), tradição afim à prática científica “há

muito acostumada a dividir e estraçalhar todas as coisas como meio de controlá-las” (MCLUHAN, 2001, p. 21), e propõe uma análise holística do processo comunicacional. O desdobramento dessa análise holística é a compreensão de que são os meios, e não as mensagens isoladamente, que afetam as estruturas sociais: o meio é a mensagem.

No entanto, em outros pontos, as proposições de McLuhan não se opõem tão completamente às teorias crítico-funcionalistas: “a análise de programas e ‘conteúdos’ não oferece pistas para a magia desses meios ou sua carga subliminar” (MCLUHAN, 2001, p. 35), sugere McLuhan., Nesta tarefa de desvendar a “magia” dos meios sobre os receptores, ele está alinhado à visão de processos comunicacionais que se impõem aos receptores coletivamente, inescapavelmente. Entender que o meio é a mensagem é entender que “não importa o que a televisão está levando ao ar, se os seus programas são de alto ou baixo nível; é ela própria, enquanto veículo, que altera o comportamento, condicionando a percepção no sentido de envolvimento geral, da participação” (PIGNATARI, 1983, p.17); portanto, entender um receptor ainda presa dos meios de comunicação, substituído o manipulador humano comprometido com interesses político-financeiros escusos pelas características praticamente etéreas dos “meios”.

b2) Estética da Recepção

Também dedicada a analisar as entranhas do processo comunicacional, mas já numa chave de leitura bastante diferente da Teoria da Informação e da Semiótica/Semiologia (ainda que por elas influenciada), há a recente corrente teórica denominada Estética da Recepção. A diferença principal, e muito significativa, com relação às demais correntes dedicadas à economia interna da Comunicação, é que o projeto da Estética da Recepção é justamente reconhecer uma maior autonomia dos receptores frente aos meios de comunicação e aos signos por eles transmitidos.

Originando-se nas especulações da Teoria Literária sobre o processo de significação, de metodologia fortemente estruturalista, a Estética da Recepção entende que:

[...] no ato de reação à teia dos estímulos e de compreensão de suas relações, cada fruidor traz uma situação existencial concreta, uma sensibilidade particularmente condicionada, uma determinada cultura, gostos, tendências, preconceitos pessoais, de modo que a compreensão da forma originária se verifica segundo uma determinada perspectiva individual. (ECO, 1976, p. 40).

Nesse “mundo em movimento que exige [dos receptores] atos de invenção” (ECO, 1976, p. 45), o processo de recepção é, sempre, um processo de interpretação, de maneira que “a questão fundamental não é então a de decidir qual é o detentor do sentido – se o texto, se o sujeito – mas a de saber como é que o texto e o sujeito se constituem, e de que modo o sentido os atravessa.” (CRUZ, 1986, p. 59). O processo comunicacional até então pensado em termos coletivos e verticais ganha individualidade e horizontalidade e, o ser humano sem natureza, tábula rasa, bom selvagem, começa a ficar insustentável

na Comunicação. Mas, se a Estética da Recepção tem o mérito de iniciar esse processo, ela também não nega as suas raízes na compreensão do ser humano como produto unicamente histórico-cultural das teorias da comunicação anteriores e se não avançou ainda para além do reconhecimento da “questão fundamental” levantada por Cruz é justamente por não conseguir se desemaranhar dessas raízes. “A recepção seria portanto, também, de uma certa forma, uma produção, cujas determinantes se trata de novo de descobrir” (CRUZ, 1986, p. 57): e que pistas seguir para descobrir tais determinantes?

Encontra-se em Eco a única pista surgida até agora, quando ele se indaga: “como resultado de que **evolução histórica** da sensibilidade estética; em concomitância com que **fatores culturais** de nossos tempos” essa recepção prenhe de produção surge? (ECO, 1976, p. 41, grifo nosso). Voltando-se – e voltando – unicamente para a história e para a cultura, numa aparente desconsideração dos aspectos biológicos da comunicação humana, a Estética da Recepção mina o pavimento promissor que havia erguido com a proposição de um receptor ativo.

Resumindo a argumentação anterior sobre como a natureza humana é enxergada pelas correntes teóricas da Comunicação: há ensaios de aproximação com a compreensão contemporânea do tema (que aboliu a primazia da cultura sobre a biologia) principalmente na Estética da Recepção, mas, de maneira geral, há dificuldades em se desemaranhar das pressuposições antigas alinhadas à tábula rasa e ao bom selvagem. As próprias aproximações feitas na Estética da Recepção não avançam por buscar somente no plano histórico-cultural as causas do receptor ativo que propõem. E, fora da Estética da Recepção, o panorama é de desconhecimento, ou mesmo desconsideração, das descobertas sobre o tema que as Ciências Cognitivas, a Biologia e a Neurociência consistentemente têm feito nos últimos 60 anos.

Há de se investigar as causas desse desconhecimento, um empreendimento epistemológico, dado que a epistemologia é “a tarefa de sondar os princípios ontológicos, metodológicos e lógicos da ciência” (MARTINO, 2003, p. 78). Sondando a própria relação da Comunicação com seus princípios ontológicos, com a necessária reflexão sobre os modelos teóricos que utiliza para explicar os fenômenos que enxerga no mundo, já se encontra uma possível causa: a pouca importância que, de modo geral, se dá para a discussão epistemológica. “É incontestável a pouca sensibilidade dessa área [Comunicação] para os problemas de fundamentação dos conhecimentos aí produzidos” (MARTINO, 2003, p. 83). Sem a sensibilidade para questionar os próprios pressupostos, as próprias inclinações, a pesquisa científica perde uma de suas distinções em relação a outras formas de conhecimento: a não-submissão a argumentos de autoridade. Outra possível causa, relacionada ao pouco empenho em reflexões sobre a própria prática, é a dificuldade em se relacionar com os conhecimentos de outras áreas de Ciência, especialmente aquelas que buscam uma abordagem sistêmica, e não simbólica, dos fenômenos que examinam e que, a partir dessa abordagem, sustentam afirmações como a de que “a história e a cultura [...] podem ser alicerçadas na psicologia, e esta pode ser alicerçada na computação, na neurociência, na genética e na evolução” (PINKER, 2004. P. 105).

Há também de se refletir sobre o que a Comunicação deixa de lado, as potenciais oportunidades que não aproveita, quando procede de maneira insensível à própria epistemologia e refratária ao conhecimento das demais Ciências – quando insiste na abordagem unicamente simbólica e coletiva dos processos comunicacionais que decorre da compreensão do ser humano como tábula rasa e bom selvagem. Uma abordagem dos problemas da Comunicação que integre a compreensão moderna da natureza humana permite que a cultura seja compreendida como o resultado da “colisão de forças concorrentes: os apetites neurológicos do cérebro, a economia da indústria cultural, plataformas tecnológicas em transformação” (JOHNSON, 2006, p. 10). Uma abordagem sistêmica, e não simbólica, permite enxergar que “não é o que você está pensando quando joga videogame que importa, mas como você está pensando” (JOHNSON, 2006, p. 40). Da mesma maneira, não é o enredo do jogo de xadrez que é levado em consideração, mas o trabalho cognitivo que ele força os jogadores a fazer.

Recuperar a natureza humana nas pesquisas de comunicação, por fim, permitiria enxergar que a crítica unicamente simbólica dos processos comunicacionais, pautada por concepções desatualizadas da natureza humana, de epistemologia tímida, quando não inexistente, é tão sem sentido quanto criticar o jogo de xadrez por seu enredo militarista e por sua narrativa do bem contra o mal.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T. W. *A indústria cultural*. In: COHN, G. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: EDUSP, 1971.
- CRUZ, M. T. *A Estética da Recepção e a Crítica da Razão Impura*. In: *Revista Comunicação & Linguagem*. Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, 1986, p. 57-67.
- ECO, U. *A obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FREITAG, B. *A teoria crítica*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JOHNSON, S. *Everything bad is good for you*. New York: Riverhead Books, 2006.
- LASWELL, H. *A estrutura e a função da comunicação na sociedade*. In: COHN, G. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: EDUSP, 1971.
- MARTINO, L. C. *As epistemologias da contemporâneas e o lugar da Comunicação*. In: LOPES, M. I. V. *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2001.
- MERTON, R. K.; LAZARSELD, P. F. *Comunicação de massa, gosto popular e a organização social*. In: LIMA, L. C. *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

PIGNATARI, D. *Informação, linguagem, comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1983.

PINKER, S. *Tábula rasa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Notas

1. Todas as traduções de JOHNSON 2006 foram feitas por mim
2. O termo “Semiótica” é aplicado mais frequentemente ao referencial teórico que provém das proposições do norte-americano Charles Peirce, “o primeiro a tentar uma sistematização científica dos signos” (PIGNATARI, 1983, p. 24), enquanto o termo “Semiologia” é mais frequentemente